



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA -
PROFEPT

DARLENE MARY CAMPOS
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

REPOSITÓRIO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM RONDÔNIA

Porto Velho, 2024.



DARLENE MARY CAMPOS
XÊNIA DE CASTRO BARBOSA

Produto Educacional
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do
título de Mestre em
Educação Profissional e
Tecnológica do Instituto Federal
de Rondônia.

Orientadora: Dra. Xênia de Castro
Barbosa.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação — CIP

C198r

Campos, Darlene Mary. Repositório de fontes para a história da educação em Rondônia / Xênia de Castro Barbosa. - Porto Velho, 2024.

29 f.: il.

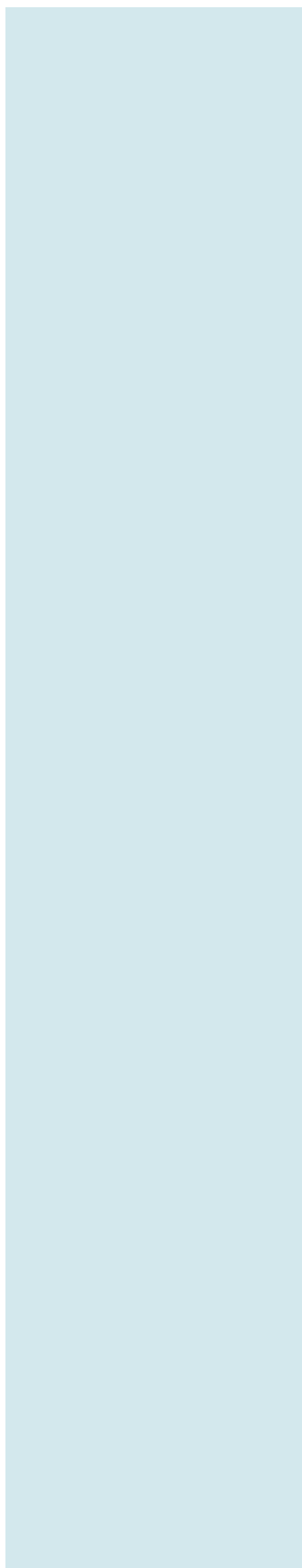
ISBN: 978-65-01-22549-4

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

1. Educação. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. História. I. Barbosa, Xênia de Castro. II. Título.

CDU: 331.363
CDD: 371.4250981

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária Cledenice Blackman
CRB11/907**



Título do Produto: Repositório de fontes para a história da educação em Rondônia

Nível de Ensino: Superior

Série/ano: todos

Cursos técnicos/superiores indicados: Arquivologia, História, Pedagogia e licenciaturas em geral.

Segmento profissional: Professores, Estudantes, Pesquisadores interessados na História da Educação.

Transferência/usos já efetivados: produto transferido ao IFRO e à Universidade Federal de Rondônia.

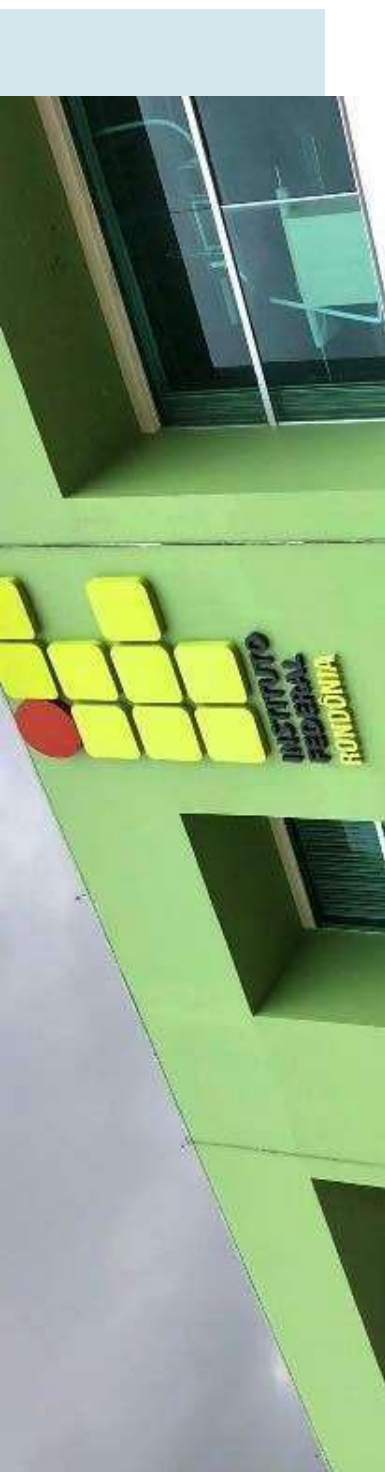
APRESENTAÇÃO

Este Repositório é um produto educacional resultante do projeto de pesquisa intitulado “História da Educação em Rondônia (1970-1980): uma proposta de produção historiográfica”, o qual foi desenvolvido na esteira do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), e teve por objetivo geral contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT mediante criação de um acervo virtual de fontes históricas capazes de subsidiar pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica.

Dentre os objetivos específicos do projeto, buscamos, (1) elencar os principais desafios da educação pública ofertada no Território Federal de Rondônia, nas décadas de 1970 e 1980, (2) Elaborar um quadro comparativo dos principais desafios de ordem pedagógica enfrentados por professores do ex-território que se encontram, após a transposição, na carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), além de (3) Contribuir com o incremento da produção científica mediante acervo virtual de fontes históricas.

O estudo ancorou-se no método histórico (Rüsen, 2007) e na moderna história oral (Meihy, 2005), os quais foram detalhados na Dissertação que deu base a este produto educacional.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por disponibilizar fontes de fundo privado (como fotografia, histórias de vida e notícias jornalísticas) e de fundo público, disponíveis em domínio público.



Justifica-se o desenvolvimento e a transferência deste produto em face das dificuldades de acesso a fontes deste tipo em Rondônia. O acesso a fontes documentais acerca da história da Educação, e da Educação Profissional e Tecnológica em Rondônia é um desafio, tendo em vista que, por décadas, não houve uma política sistemática de arquivos, embora seja dever dos entes públicos realizar a gestão documental e a proteção especial a documento de arquivos, como forma de apoio à própria administração, de incentivo à cultura, ao desenvolvimento científico e tecnológico e como elementos de prova e informação. Ademais, é direito de todo o cidadão o acesso pleno aos documentos públicos das diversas esferas, salvo daqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Há, contudo, um hiato entre o direito e a prática: o acesso aos arquivos costuma ser difícil, muitos documentos se perderam ao longo do tempo, e outros, podem ser encontrados sem o devido tratamento e acondicionamento, em razão da falta de pessoal e de infraestrutura adequada.

Aqui você encontrará um pouco do material que conseguimos reunir nesses dois anos de pesquisa. Alguns desses documentos são narrativas de histórias de vida produzidas por nós ao longo da pesquisa, outros são fotografias fornecidas por colaboradores da pesquisa, e há também matérias jornalísticas e um conjunto de leis e decretos tangenciais ao tema. Quanto ao tempo que foram produzidos, alguns são do presente (histórias de vida registradas entre 2023 e 2024) e fazem referência a este tempo, como também ao passado, em especial às décadas de 1970 e 1980. Outros são da época em que Rondônia era Território Federal, e outros, ainda, remontam aos primeiros anos da formação do Estado de Rondônia. Desse modo, trazem de modo especial esse momento

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DO ESTADO DE RONDÔNIA**



de transição da forma política Território Federal para Estado, ajudando a esclarecer quanto a esse processo e quanto aos desafios da educação pública no referido recorte temporal.

Navegue em nosso repositório e conheça um pouco da história da Educação e da Educação Profissional em Rondônia:

<http://repositorioetp.portovelhocalama.ifro.edu.br/>

MATERIAIS E MÉTODOS

Almeja-se, neste tópico, apresentar, de forma breve e sequencial as etapas e recursos materiais e humanos utilizados no desenvolvimento e validação deste produto educacional.

A elaboração deste produto educacional compreendeu as seguintes etapas e operações:



Catálogo de fontes históricas;
Produção documental;
Elaboração do protótipo;
Teste do protótipo;
Elaboração do produto; Avaliação do produto;
Transferência do produto.

A catalogação das fontes ocorreu a partir de pesquisa realizada na internet, em especial nos sites do Ministério da Educação e da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. As fontes foram serializadas por tipo e armazenadas em pasta no Google Drive.

A produção documental, com vistas a complementar e a elucidar as séries organizadas, consistiu no registro de histórias de vida junto a professores e professoras que iniciaram suas experiências de trabalho docente no contexto do Território Federal de Rondônia ou nos primeiros anos da transformação do referido Território em Estado. No momento da entrevista, esses colaboradores encontravam-se aposentados ou em processo de aposentadoria. Destaca-se que no momento das entrevistas esses profissionais encontravam-se em



uma das seguintes situações: aposentados, em processo de aposentadoria ou aguardando cumprimento de prazo para se aposentarem, sendo esta última situação, o caso dos servidores transpostos para a Rede Federal.

A elaboração do protótipo contou com as seguintes etapas: organização das informações, desenho do repositório, escolha da paleta de cores e contratação de serviço especializado de programação.

O protótipo foi avaliado por 10 pessoas, sendo: dois professores do ProfEPT/IFRO, dois professores externos ao ProfEPT, dois profissionais da área de Tecnologia da Informação (TI), dois alunos do PROFEPT, e dois alunos do curso de Análise de Desenvolvimento de Sistemas do IFRO – Campus Porto Velho Calama. A avaliação foi realizada por meio de formulário eletrônico de classificação (com valor de 1 a 5 – conforme figura 1), registrado por meio do ícone estrela, sendo que 1 estrela indica atribuição de valor negativo ao item e 5 estrelas indica excelente apreciação do item.

Figura 1: Formulário de Avaliação Inicial

Como você avalia este Protótipo Educacional em relação a:	
Clareza das informações	★ ★ ★ ★ ★
Qualidade das informações	★ ★ ★ ★ ★
Pertinência das fontes indicadas para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	★ ★ ★ ★ ★
Facilidade de encontrar as informações no <i>site</i>	★ ★ ★ ★ ★
Paleta de cores	★ ★ ★ ★ ★
Relevância do produto educacional para pesquisas em Educação/EPT	★ ★ ★ ★ ★
O que você gostaria de encontrar neste repositório?	

Após a coleta das respostas da avaliação do protótipo, procedemos aos ajustes e melhorias indicadas, com vistas a consolidar o produto final, que após disponibilização ao público foi novamente avaliado considerando as questões expressas no formulário de avaliação de nº 2 (figura 2)

Figura 2: Formulário de avaliação nº 2

Como você avalia este Protótipo Educacional em relação a:	
Clareza das informações	★ ★ ★ ★ ★
Qualidade das informações	★ ★ ★ ★ ★
Pertinência das fontes indicadas para o estudo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	★ ★ ★ ★ ★
Facilidade de encontrar as informações no <i>site</i>	★ ★ ★ ★ ★
Paleta de cores	★ ★ ★ ★ ★
Relevância do produto educacional para pesquisas em Educação/EPT	★ ★ ★ ★ ★
Deixe sugestões para melhorar este produto:	

Os ajustes finais consideram as avaliações feitas por usuários da ferramenta realizadas no período de 01 a 07 de março de 2024, após o que se procedeu ao registro do software junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI.

O site de hospedagem do repositório foi programado utilizando as linguagens PHP, JavaScript, CSS, HTML, NodeJS, Frameworks como Typescript, Laravel, TailwindCSS e o banco de dados utilizado foi o MySQL, e registrado junto ao Instituto Nacional de

Propriedade Industrial - INPI na data de 21/03/2024, sob o número de depósito BR512024000912-4. Para proceder ao depósito do pedido de registro os profissionais contratados realizaram a criptografia do arquivo com código-fonte por meio do uso do algoritmo de criptografia SHA512, gerando o código hash: c760ec6c4694fc9e36003d82dbd8d68caecad424cfce07c9479745a2f272d97daf2fcaad52827560284f13d4009fc0c2c20c354c85598252b26f323a35599926

Concluído o registro, o produto foi encaminhado, junto com o presente encarte, à Coordenação local do ProfEPT no IFRO, para depósito no repositório institucional do curso e no repositório de produtos educacionais da CAPES.

Com base nas avaliações realizadas – as quais foram preponderantemente positivas, estima-se que a metodologia adotada para desenvolvimento do produto educacional em foi adequada e suficiente.

Materiais e Recursos utilizados

Os materiais utilizados para o desenvolvimento deste produto foram 01 notebook, conexão com internet, Canva, software, etc.

Dentre os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do produto, destaca-se que, para além do trabalho da pesquisadora e da orientadora, contou-se com a orientação de um professor de Informática: o professor Kaio Alexandre da Silva e dois estudantes do curso técnico de Informática do IFRO – Campus Porto Velho Calama, a saber: Marcos Reis Dutra e Gustavo Casagrande Borges, aos quais registramos gratidão.

Formas de utilização

Para a boa utilização deste produto recomenda-se o uso do navegador Google Chrome.

No âmbito do ProfEPT, sugere-se que este recurso educacional

seja apresentado na disciplina de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, como forma de indicação de fontes para a pesquisa na área. O produto, entretanto, poderá ser acessado por docentes e discentes de outras disciplinas, tanto de cursos de licenciatura quanto de cursos de pós-graduação, sendo de especial interesse para os discentes dos cursos de Pedagogia e Licenciatura em História.

Impacto social

Estima-se que esse produto possa contribuir positivamente com a ampliação do conhecimento social acerca da história da Educação e da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e em Rondônia.

No que se refere à escala nacional, as fontes selecionadas e hospedadas no repositório aqui encartado, apontam para as principais mudanças ocorridas no que se refere à política para a EPT nas décadas de 1970 e 1980. No que tangencia a escala estadual, as histórias de vida e as fotografias disponibilizadas dimensionam os desafios materiais e pedagógicos do fazer educação em Rondônia.

É pertinente recordar, a título de contextualização, que as décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram fortemente caracterizadas pela ideologia desenvolvimentista, que trazia em sua esteira, ideais de modernização e progresso econômico, aos quais se vinculavam a necessidade de desenvolvimento técnico e de formação de mão de obra apta às demandas dos setores produtivos. Aquelas décadas foram de avanço na industrialização, por meio da substituição de importações, ampliação da produção de mercadorias e modernização dos meios de circulação. Educação Profissional ocupou espaço relevante no debate público acerca da Educação na década de 1950 e início da seguinte, sendo que a lei 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) instituiu a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos.

Com o golpe civil-militar de 1964, uma nova configuração econômica foi dada ao Brasil, por meio de

elevação da dívida pública e de elevado custo social (arrocho salarial, estado de exceção e depreciação das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora). Esse custo social, contudo, era camuflado por mecanismos eficientes de propaganda e de repressão, e a imagem que se passava era a de que o Brasil vivia um “milagre econômico” com altas taxas de crescimento do PIB. Para ampliar ainda mais a produção de mercadorias, era premente a necessidade de ampliação e qualificação da força de trabalho.

Nesse sentido, a formação de técnicos passou a ser considerada urgente pelo Estado brasileiro, e esse entendimento resultou em uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação: a Lei N. 5.692/1971, “que tornou obrigatório em todo currículo do (então) segundo grau o ensino técnico-profissional, formando grandes contingentes de trabalhadores qualificados que garantiam a manutenção dos baixos salários” (Cichaczewski; Castro, 2020, p. 32). Assim, quando pensamos na Educação no Território Federal de Rondônia, precisamos ter em mente que o ensino primário tinha caráter propedêutico e que o ensino de segundo-grau era eminentemente técnico, com ênfase na formação de técnicos agrícolas, técnicos comerciais e técnicos contábeis. Já quando Rondônia se efetivou como Estado (a partir de 4 de janeiro de 1982), uma mudança na legislação (a Lei N. 7.044/1982) incluiu a preparação para o trabalho como elemento obrigatório para a formação tanto em nível de primeiro grau como de segundo grau. Tratava-se, contudo, de uma formação em linhas gerais e introdutória, sem a obrigatoriedade de terminalidade profissionalizante. Isso porque o artigo 2º da referida Lei colocou como condicional a habilitação profissional, deixando a critério da instituição de ensino promover ou não a habilitação profissional.

A respeito da Lei N. 5.692/1971 é importante fazer constar que, ao passo em que instituiu a profissionalização compulsória, transformando o ensino de segundo grau em técnico-profissional, “para ajustar o sistema educacional às exigências do desenvolvimento econômico, social e cultural” (Rebello, 2008, p.16), o fez de modo subserviente e comprometido com as necessidades do mercado, e não com as necessidades de formação humana, e ademais, o fez sem a garantia dos recursos materiais e

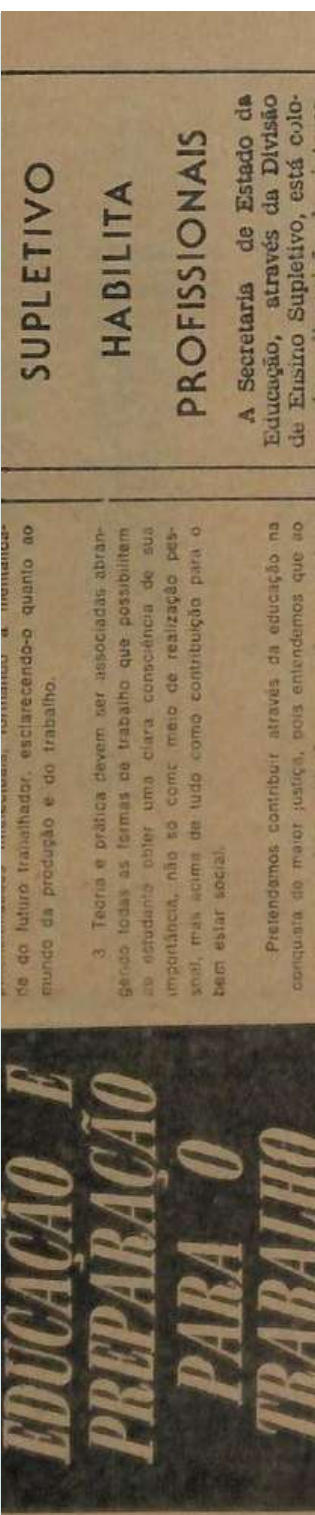
humanos necessários a efetivar esse processo com a qualidade desejada. Segundo Oliveira (2009), os cursos profissionalizantes não tiveram investimentos apropriados e deixaram de pertencer, exclusivamente, a instituições específicas de educação profissional, tornando-se também responsabilidade dos sistemas de ensino estadual, que já estavam sofrendo uma deterioração em virtude do acelerado crescimento quantitativo do primeiro grau e de empresas privadas (Winckler; Santagada, 2012). Segundo os autores, essa expansão, sem o investimento e planejamento necessários, diminuiu a qualidade do conteúdo propedêutico e técnico dos cursos secundários, embora a propaganda a respeito deles fosse positiva e os apresentasse como apanágio para o emprego e a qualificação profissional.

Com a crise do petróleo, o aumento do desemprego e as crescentes denúncias acerca da violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro no contexto da ditadura civil-militar, o regime militar foi progressivamente se deteriorando e a democracia ganhando espaço. Nesse contexto, houve a revogação da obrigatoriedade do ensino profissional em 1982, por meio da Lei N. 7.044/1982, que reestabeleceu a modalidade da educação geral. A referida lei manteve a equivalência do ensino profissional e do ensino propedêutico para fins de ingresso no ensino superior, contudo manteve a dualidade histórica, com educação propedêutica para as elites e educação profissionalizante para os trabalhadores.

Embora a década de 1980 tenha sido a do resgate da democracia no Brasil, ela ficou conhecida como “a década perdida”, expressão que aponta para o baixo êxito econômico, decorrente do descontrole da inflação, da estagnação econômica e das dinâmicas do capital no contexto internacional, em face da Guerra Fria.

Para Winckler e Santagada (2012), contudo, o uso da expressão “década perdida” é limitador, e mais do que hiato de um tempo perdido, ela deveria ser compreendida como um momento de passagem, marcado por certa indefinição. Um período de transformação do padrão de desenvolvimento na periferia capitalista, marcado pela crise financeira, pelas políticas públicas erráticas, disputas acirradas por recursos cada vez mais escassos e pelo processo de redemocratização. Esse período marcaria a transição entre o fim do ciclo desenvolvimentista e o início da era de flexibilização, em face de um quadro internacional que remodelou a função do Estado diante da transnacionalização financeira e produtiva, tornando-o agente do neoliberalismo.

Se nos anos 1970 ainda há resquícios dos ideais



populistas e desenvolvimentistas dos períodos anteriores, na década de 1980 a pressão dos organismos neoliberais, sob o signo do Consenso de Washington começam a se impor de maneira contundente, e na década de 1990, a índole neoliberal e os ajustes impostos pelos organismos internacionais sobre a educação brasileira se tornarão ainda mais evidentes. Desse modo, no que se refere à ação do Estado em relação à EPT na década de 1980, sobleva-se a cariz populista, o que pode ser percebido com a expansão da rede federal de ensino por todo o território nacional, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), iniciado em 1986 (Ramos, 2014).

Com o PROTEC houve a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), as quais eram vinculadas a uma escola-mãe (escola técnica, agrotécnica ou CEFET). Cabe notar que o programa foi

desenvolvido com recursos proveniente de empréstimo junto ao Banco Mundial e tinha como objetivo implantar 200 novas escolas técnicas industriais e agrotécnicas de 1º e 2º graus, justificado por dados estatísticos que apontavam para a precariedade do atendimento nesse nível de ensino. De acordo com Ramos (2014), ao final da década de 1980, o processo de redemocratização das relações institucionais, somado às mudanças no mundo do trabalho no cenário nacional e internacional, começou a pautar na sociedade e no interior das instituições o debate sobre uma formação para o trabalho de novo tipo, que incorporasse as dimensões do compromisso com a cidadania e de uma formação politécnica.

Para Novais (2014, p. 17), na década de 1980,

“

[...] o país e o mundo estavam em crise, o modelo de ensino instituído já não se sustenta, e junto a isso várias mudanças na automação, na natureza do trabalho, na problemática do emprego, na informática, engenharia genética, biotecnologia e outras que favoreceram discussões sobre a formação profissional em vários debates promovidos por diversas instâncias no país, como Ministérios, Universidades, Entidades patronais, dentre as quais destacamos o MEC e o Ministério do Trabalho, SERPLAN, USP, PUCs, CENAFOR, SENAC, SENAI entre outras. Os principais assuntos giravam em torno da necessidade de conciliar as necessidades técnicas com valores, aspirações, potencial da clientela, absorção da mão de obra entre outros.

”

Desse modo, via-se ganhar espaço uma concepção de formação profissional que recuperava elementos da filosofia marxista, como os de escola unitária, formação omnilateral e análise dialética dos processos sociais (Frigotto, 2006).

As disputas em torno dessas questões ganharam corpo em projetos distintos, que visavam estabelecer uma nova de lei de diretrizes e bases para a Educação Nacional, a qual só viria a público em 1996, com a vitória do projeto de matriz neoliberal (Brasil, 1996).

Retomando a questão das contribuições deste produto, entende-se ser ele capaz de subsidiar a reflexão histórica acerca dos desafios da

EPT no Brasil e, sobretudo, em Rondônia, recorte no qual desenvolvemos a pesquisa. Destaca-se, ainda, o fato de não haver, no âmbito das instituições associadas ao ProfEPT, um repositório de fontes como o aqui apresentado.

Para o campo da história e da história da EPT, as fontes disponibilizadas, em especial as histórias de vida, são registros relevantes de experiências de vida e trabalho, que expressam memórias, sonhos e lutas de profissionais com notável contribuição para o desenvolvimento da Educação em Rondônia. Esses registros, assim como as demais fontes disponibilizadas podem servir como fonte para novas pesquisas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação em Rondônia é ainda uma história a ser escrita, e as memórias dos professores do ex-território oferecem uma importante contribuição para refletirmos sobre a história da educação em Rondônia e da Educação Profissional e Tecnológica. As entrevistas registram além dos desafios pedagógicos e administrativos enfrentados no Território Federal de Rondônia e a transição para Estado de Rondônia, registram oralidades, liberdade em se expressar, reflexão da trajetória de vida e profissional, carregadas de sentimentos e emoções que contribuem para diversificar as análises sobre a trajetória das instituições escolares.

Este recurso educacional, além de contribuir para o fortalecimento da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, poderá ser apresentado, também, na disciplina de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, como forma de indicação de fontes, e subsidiar outras pesquisas sobre a história da Educação em Rondônia, em especial a Educação Profissional e Tecnológica, podendo ser acessado por estudantes e professores do ProfEPT, e pesquisadores que tenham interesse na área da história da educação.

Este produto educacional tem seus limites, pois não foi possível realizar tudo o que desejávamos, como maior número de fotos dos prédios e escolas da época, fotos dos entrevistados, também de outras fontes, documentos, matérias de jornais.

A memória se apresenta como elemento primordial na construção da identidade da educação em Rondônia, por isso é necessário partilhar as histórias. Assim, recomendamos o diálogo entre as instituições de ensino, com vistas ao compartilhamento de experiências e fontes de pesquisa, e também que outros pesquisadores, se assim desejarem, possam contribuir com esta pesquisa.

Referências

BRASIL, República Federativa. **Lei Nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 5.692, de 11 de Agosto de 1971**.

Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html)

[357752-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html) Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 7.044, de 18 de Outubro de 1982**.

Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html)

[357120-publicacaooriginal-1-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html) Acesso em 9 mar. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei N. 9.394, de 20 de Dezembro de**

1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Acesso em 9 mar. 2023.

CICHACZEWSKI, João Carlos; CASTRO, Clóves Alexandre de. A Educação Profissional no Brasil: Relações entre o Capital, o Estado e a Política Pública. **Metodologia e Aprendizado**, vol. 1, 2020, p. 30-42.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília, INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 25-54.

LE GOFF, Jacques. **Memória** – Volume II. Lisboa: Edições 70, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. Cadernos de Educação. Fae/PPGE/UFPel. Pelotas (32) p. 141-160. 2009.

NOVAIS, Lucimar de Freitas. Educação Profissional: uma análise sobre a Evasão e a permanência no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Rondônia – Câmpus Colorado Do Oeste. Dissertação (Mestrado em Ciências – Educação Agrícola), 141 fls. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Agronomia.

Seropédica: 2014.

OLIVEIRA, Ramon de. A possibilidade da escola unitária na sociedade capitalista. Cadernos de Educação. Fae/PPGE/UFPel. Pelotas (32) p. 141-160. 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

REBELLO, Carlos Eduardo. Fatores de evasão nos cursos subseqüentes noturnos do Colégio Agrícola de Camboriú/sc: um estudo de caso. 2008, 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. A educação profissional técnica de nível médio no Brasil: transição para um novo modelo? Revista Indicadores econômicos FEE. Porto Alegre. v.39, n. 3. p. 97-110. 2012. Disp. Em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>. acesso em: 10 de mar. 2024